



FRANÇA

Presidente Emmanuel Macron escolhe o aliado centrista François Bayrou como o terceiro primeiro-ministro a assumir neste ano, em meio à grave turbulência política. Novo premiê reconhece que terá um "Himalaia" pela frente e prega reconciliação

Aposta para sair da crise

Emmanuel Macron decidiu jogar todas as fichas de sua sobrevivência no poder e do fim da crise política em um aliado de sete anos. Em viagem oficial à Polônia, onde foi recebido pelo presidente Andrzej Duda e pelo premiê Donald Tusk, o titular do Palácio do Eliseu nomeou o ex-deputado centrista François Bayrou, 74 anos, para o cargo de primeiro-ministro — o quarto desde o início do mandato de Macron, em 2017, e o terceiro apenas neste ano.

O último premiê, Michel Barnier, não resistiu a um voto de confiança e foi destituído pela Assembleia Nacional francesa, em 4 de dezembro, por 331 votos, 43 acima da maioria absoluta de 288. Bayrou chega ao governo de Macron em meio ao impasse sobre o orçamento para 2025, que também foi barrado pelo parlamento. "Ninguém conhece melhor do que eu a dificuldade da situação" política e orçamentária da França, declarou o novo primeiro-ministro, em seu primeiro discurso.

Bayrou, que tomou posse em uma cerimônia no Hotel Matignon, em Paris, precisará de habilidade para assegurar uma maioria na Assembleia Nacional capaz de garantir a governabilidade e de impedir sua queda. Ele comparou sua missão a um "Himalaia" e tratou de fazer um aceno às forças políticas do país, ao defender a "reconciliação" como instrumento para superar a instabilidade.

A tarefa não será fácil. Presidente do Movimento Democrático (MoDem), ele enfrenta a resistência do partido de esquerda. Socialistas, comunistas e ecologistas, aliados do partido de esquerda radical A França Insubmissa (LFI) na Nova Frente Popular (NFP), se recusaram a entrar em um governo chefiado por Bayrou, apesar de terem aceitado discutir com a aliança de Macron e o partido de direita Os Republicanos (LR). O risco é de que eles imponham ao premiê escolhido o mesmo destino de Barnier. Os primeiros pediram, em vão, um primeiro-ministro de esquerda e uma mudança de rumo na política do governo, sobretudo após sua

Thomas Samson/AFP



François Bayrou é fotografado após a cerimônia de posse, no Hotel Matignon, em Paris: "Ninguém conhece melhor que eu a dificuldade da situação"



Ninguém conhece melhor do que eu a dificuldade da situação"

François Bayrou, novo primeiro-ministro da França

acordo com a agência France-Press, o presidente, de centro direita, tinha a intenção de indicar o ministro da Defesa, Sébastien Lecornu. No entanto, durante uma reunião de quase duas horas, Bayrou ameaçou uma ruptura com a coalizão governista.

"Na longa história da Quinta República (iniciada em 1968), esta pode ter sido a primeira vez em que um primeiro-ministro elege a si próprio", afirmou Mutjaba Rahman, analista do Eurasia Group, para quem o novo premiê deverá se aproximar da esquerda para aprovar o orçamento.

Risco

Um novo fracasso poderia agravar a crise política desatada por Macron em junho, com a antecipação inesperada das eleições legislativas de 2027, das quais saiu uma Assembleia Nacional em maioria clara e dividida em três blocos: esquerda, centro direita e extrema direita. Mas a pressão, agora, é maior. A segunda economia da União Europeia conta com altos níveis de déficit e de dívidas públicas para a zona do euro, e os orçamentos frustrados de Barnier previam uma forte diminuição dos gastos públicos para acalmar os mercados.

Embora Macron possa convocar novas legislativas a partir de julho, todos os partidos pensam nas eleições nacionais de 2027, nas quais o presidente não poderá se candidatar. As legendas buscam evitar se associar ao projeto de um chefe de Estado impopular, mas sem parecer responsáveis pela instabilidade política.

Personagem da notícia

Veterano no governo

Fundador e presidente do centrista Movimento Democrático (MoDem), François Bayrou, 73 anos, também é prefeito da cidade de Pau, no sudoeste da França, e líder do Partido Democrático Europeu. Proveniente

de uma família de ricos fazendeiros da cidade de Bordes, perto dos Pireneus, foi professor de latino e de grego, antes de iniciar a carreira política, nos anos 1980. A estreia na carreira política veio em 1986, quando venceu as eleições para a Assembleia Nacional (Parlamento). Sete anos depois, foi escolhido para o cargo de ministro da Educação dos premiês Edouard Balladur e Alain Juppé.

Em 2006, foi nomeado para a

disputa presidencial pela União pela Democracia Francesa, uma coalizão extinta da centro-direita, contra Nicolás Sarkozy e Ségolène Royal. Terminou a corrida ao Palácio do Eliseu na terceira posição. Voltou a concorrer em 2012 e amargou nova derrota. Nas eleições de 2017, Bayrou desistiu da disputa para apoiar Macron, em uma manobra que foi considerada surpreendente. No mesmo ano, renunciou como

ministro da Justiça, após permanecer apenas 34 dias no cargo, depois de uma investigação judicial sobre a contratação fraudulenta de assessores no Parlamento europeu.

Em fevereiro deste ano, a Justiça condenou seu partido, MoDem, mas absolveu seu fundador, em nome do "benefício da dívida". Embora o Ministério Público tenha recorrido da sentença, isto não impediu sua nomeação.

coalizão, que está à beira da ruptura, vencer as eleições legislativas.

"Ao nomear um de seus aliados (...), Macron se arrisca a agravar a crise política", alertaram os socialistas, pedindo que Bayrou se comprometa a não aprovar leis por decreto e a não depender da extrema direita, evitando, assim, a censura. Por sua vez, o partido LFI anunciou

que apresentará uma moção de censura contra o novo premiê.

A extrema direita, que provocou a queda de seu antecessor, ao apoiar uma moção da NFP, disse que "a princípio" não o faria se ele acatasse suas demandas. Em setembro, o LR abandonou a oposição e, agora, condicionou a permanência no governo ao "projeto" de

Bayrou. Na noite de ontem, o novo premiê convocou o ministro do Interior, o polêmico Bruno Retailleau, para abordar as prioridades do partido conservador. A composição do governo nos próximos dias e sua linha política serão estratégicas para sua sobrevivência. Por enquanto, o Executivo anterior apresentou uma "lei especial" para

prorrogar o orçamento de 2024 e poder cobrar impostos.

Embora a Presidência francesa tenha defendido Bayrou como o "candidato mais consensual" para "dialogar" com os demais partidos com vistas a uma "estabilidade" — exceto a extrema direita e a esquerda radical —, sua nomeação ficou no limbo horas antes. De

Conexão diplomática



por Silvío Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

O Poderoso Chefão decifra a Síria

Veio da clássica trilogia dirigida há meio século por Francis Ford Coppola uma penetrante leitura sobre a guerra civil na Síria e a natureza do clã Assad. De passagem pelo Brasil, no cruento período inicial do conflito, um diplomata francês remeteu-se à saga da 'família' Corleone, durante uma conversa informal organizada pela embaixada, para analisar o comportamento do então presidente Bashar al-Assad.

O personagem vivido por Al Pacino era o filho mais novo do patriarca Vitto Corleone, interpretação inesquecível de Marlon Brando. Ao contrário do mais velho, Sonny, preparado para suceder o pai no comando dos negócios mafiosos, Michael foi criado para tornar-se a face socialmente aceitável do clã. Com a morte do irmão, vítima das disputas com 'famílias' rivais, acaba ele herdando a posição de Don Corleone.

No segundo filme da trilogia, Michael se revela mais sanguinário que Sonny e mesmo que o pai. Inexperiente na guerra, não reconhecia a hora de negociar a paz.

Sucessor acidental

Bashar tampouco era o primogênito e sucessor de Hafez al-Assad, que em 1970 liderou um golpe e instaurou uma ditadura nacionalista árabe, à frente

do Partido Baath. Formado em medicina, foi enviado ao Reino Unido para a pós-graduação como oftalmologista. Foi chamado de volta em 1994, com a morte acidental do irmão mais velho, Bassil. Seis anos mais tarde, com a partida do pai, assumiu o governo.

Hafez foi um governante implacável com os opositores, em particular com os extremistas islâmicos da Irmandade Muçulmana, fiéis à corrente sunita, majoritária no país. O clã do presidente tem origem na comunidade alaúita, abrigada pela vertente xiita do islã, que representa menos de 20% da população. Em 1982, enfrentou um levante da Irmandade em Hama. Arrasou a cidade, ao pé da letra, sem poupar o patrimônio histórico e cultural, em um massacre que deixou algumas dezenas de milhares de mortos.

Nem sequer um número aproximado de vítimas pôde jamais ser confirmado, já que os corpos ficaram sob as ruínas aplatinadas por tanques e tratores. Passados alguns meses, porém, bairros inteiros foram reconstruídos, com modernos prédios de apartamentos, hospitais e escolas.

Maquiavel nas Arábias

O patriarca do clã Assad, assim como o da saga de Coppola, era um déspota

que "sabia quando parar", na definição do jornalista norte-americano Thomas Friedman, em seu clássico livro *De Beirute a Jerusalém* — fruto da experiência como correspondente no Líbano e em Israel, nos anos 1980. Não hesitou em expor, sem retoques, do que era capaz para se impor aos adversários. Mas foi capaz de apreender com Maquiavel que o terror não basta para governar uma maioria adversa — no caso, religiosa.

Governantes autoritários estão longe de ser exceção no Oriente Médio — ao contrário. Saddam Hussein é outro exemplo clássico: expoente de um clã tribal sunita, por um quarto de século controlou sem complacência a maioria xiita, no Iraque. Tampouco economizou violência para sufocar as pretensões separatistas da minoria étnica curda. Caiu, em 2003, sob o poderio militar dos EUA.

Em comum, Hafez e Saddam fizeram do Estado laico um escudo contra o extremismo da maioria religiosa que os desafiava. A mesma linha de defesa foi adotada no Paquistão por Zulfikar Ali Bhutto, um xiita "disfarçado" no secularismo. Em 1979, foi deposto e enforcado por uma junta militar sunita. Sua filha, Benazir, que governou o país por dois períodos, nos anos 1990, foi morta em 2007 por um homem-bomba ligado à Al-Qaeda — também sunita.

Herança colonial

Síria e Iraque têm em comum um traço marcante observado na formação de muitos dos Estados nacionais estabelecidos pelas potências europeias na desmontagem de seus impérios coloniais, ao longo do século 20. Não é acidental que suas fronteiras sejam, em muitos casos, definidas por linhas retas: foram riscadas sobre mapas, sem maiores considerações para com a geografia física e humana — sobretudo esta última.

Foi assim que a Jordânia foi criada, ao fim da 1ª Guerra Mundial, para premiar o clã saudita al-Hashemi, aliado ao Reino Unido na frente oriental contra a Turquia otomana. Para governar sobre uma maioria palestina, os Hashemi combinaram força, persuasão e uma hábil coligação com tribos de beduínos. O rei Hussein, pai do atual monarca, encarnou o papel, mas em 1970 expulsou para o Líbano, à força, a OLP de Yasser Arafat, no episódio que os palestinos lembram como o Setembro Negro.

O próprio Iraque tem história semelhante, entregue no período entreguerras a outro nobre saudita, o príncipe Faisal, interpretado por Alec Guinness no clássico *Lawrence da Arábia*, dirigido pelo cineasta britânico David Lean.

Mosaico explosivo

Talvez nenhum caso seja mais

dramático que o do Líbano, separado da Síria quando a França pôs fim ao protetorado que exerceu no pós-1ª Guerra. Ali, conviviam historicamente comunidades cristãs e muçulmanas (sunitas e xiitas). Com base em um censo populacional já então desatualizado, a autoridade colonial arbitrou uma partilha do poder em que os maronitas (católicos de rito próprio) detinham a presidência da república, os sunitas indicavam o primeiro-ministro e os xiitas, o presidente do Parlamento, composto por igual número de cristãos e muçulmanos.

O arranjo sobreviveu até 1975, quando irrompeu uma guerra civil que se estendeu por 15 anos, com participação inclusive da OLP de Arafat — até 1982, quando foi forçada a se retirar para a Tunísia pelas tropas israelenses que invadiram o país e cercaram Beirute. O acordo de paz de 1990 não sanou a disputa interconfessional, acentuada agora que os xiitas são a maior comunidade e, somados aos sunitas, se sobrepõem aos cristãos.

A sombra da guerra civil se projeta de novo sobre o mosaico libanês agora que a maioria (relativa) xiita é representada principalmente pelo Hezbollah, cria do Irã e inimigo direto de Israel. Além de ser a principal força do Parlamento, o Partido de Deus mantém uma milícia com capacidade incomparavelmente superior à do próprio Exército nacional.